

LÍNGUA PORTUGUESA, NOSSA LÍNGUA NACIONAL: EFEITOS DISCURSIVOS DE UM DIRETÓRIO

Anne Francialy da Costa Araújo*

1. Introdução

Este artigo é parte das elaborações desenvolvidas em nossa Tese de Doutorado, intitulada de *Sujeito(s) ao Diretório: uma contribuição discursiva ao estudo da língua e identidade nacional* (ARAÚJO, 2006). Trouxemos para o presente trabalho a discussão elaborada acerca do conceito de língua nacional, a partir da análise do parágrafo seis do “Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e do Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário”, editado em 1757 e autorizado, pelo Marquês de Pombal, Ministro de Portugal, em 1758.

Esse Documento, com força de lei colonial, vigorou de 1757 a 1798, com o intuito de direcionar o comportamento de colonizadores e índios na porção norte do Brasil-Colônia, entretanto, como indicam estudos (ALMEIDA, 1997), seus efeitos espalharam-se por toda a Colônia. Nesse sentido, é possível afirmar, seguindo as pontuações de Mariani (2004), que o Diretório interveio sobre o uso da língua geral, apagando outras línguas e institucionalizando o ensino da Língua Portuguesa no Brasil.

Concordando com essas assertivas, pensamos ser possível entender melhor a constituição de um povo na/pela história de formação das idéias lingüísticas de sua nação. Seguimos, nessa perspectiva, o trilha de alguns pesquisadores, tais como Guimarães e Orlandi (1996, p. 14), os quais asseveram que a “língua e os instrumentos lingüísticos são objetos históricos que estão intimamente ligados à formação do país, da nação, do Estado”. Por isso, buscaremos, neste artigo, discutir a noção de língua nacional a partir dos efeitos discursivos provocados pela imposição efetuada pelo Diretório.

Para perseguir esse objetivo, fundamo-nos na teoria discursiva representada, principalmente, por Pêcheux (2002) e Orlandi (2002; 1998, entre outros); e nos trabalhos de Mariani (2004; 2001; 1997), sobre o Diretório dos índios e as academias literárias do século XVIII.

Além desse arcabouço teórico, considerando o lugar da análise de discurso como uma disciplina de entremeio (ORLANDI, 1996), bem como as contribuições que outras áreas do saber podem trazer para a análise, recorreremos a diversos estudos. Entre esses se salientam a pesquisa antropológica de Almeida (1997), na qual encontramos uma cópia do Diretório, base para nossas análises; o trabalho de historiadores, sociólogos e antropólogos sobre a formação da nação e do povo brasileiro e influências advindas da psicanálise lacaniana. Todos os dados coletados por meio de pesquisas bibliográficas e documentais são discutidos com base no método da análise de discurso.

2. Política Lingüística e Língua Nacional

No século XVIII, época em que o Diretório é implementado, os habitantes do Brasil Colonial conviviam com uma situação lingüística bastante diversa. Como na Babel bíblica, misturavam-se a língua geral, várias línguas indígenas, a Língua Portuguesa e a Língua Portuguesa do Brasil, entre outras. Essa situação lingüística expõe o conflito entre poderes pelo qual a Colônia passava, retratando, como assevera Mariani (1997), “a disputa entre nobres portugueses, elites brasileiras, brasileiros pobres, índios e religiosos”. A saída para tal crise é, como já esboçamos, a intervenção da Coroa por meio do Diretório.

O que temos, então, é uma situação lingüística tumultuada, num espaço discursivo complexo, imerso em acontecimentos conflituosos, tudo isso margeado pela heterogeneidade. Seguindo Borges (2001, p.201), asseveramos que daí surge a necessidade de a política lingüística colonial adotar um “discurso homogeneizante” que, na materialidade lingüística, dá forma a ditos como “a língua mais usada” na costa brasileira e até mesmo a existência de apenas uma língua geral.

Numa política de “silenciamento” (ORLANDI, 1995), toda uma diversidade lingüística e étnica é subsumida; exemplo disso é o “tupinambá, que comparece no discurso colonizador como a língua da unidade, homogênea, hegemônica” (BORGES, 2001, p.202).

* Mestre em Letras, Doutora em Lingüística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística da Universidade Federal de Alagoas e Professora da Faculdade de Alagoas, em Maceió-AL.

Esse processo se acha intensamente entrelaçado naquilo que Orlandi (1998, p.12) definiu como política lingüística, “compreendida como uma política sobre a língua e sobre a produção do conhecimento das línguas”. Na perspectiva dessa autora, as políticas lingüísticas podem ser pensadas sob três diferentes e contraditórias posições, que impõem como valores (princípios éticos) a “unidade”, a “dominação” e a “diversidade”.

No citado estudo, Orlandi (1998) não se aprofunda na análise do que seria a posição dois (“a dominação”), preocupando-se em discutir e mostrar como se relacionam as posições um e três. Para ela, unidade e diversidade se apresentam indissociavelmente ligadas.

Sob o efeito da posição um, tem-se a constituição de um imaginário necessário de que “não há Estado sem unidade”, porém esta última se funda numa unidade lingüística determinada pelo condicionamento da diversidade lingüística à idéia de “unidade da língua nacional” (ORLANDI, 1998, p.10). Como está referida ao português do Brasil e não de Portugal, essa unidade faz surgir um processo de “gramatização do português brasileiro” (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996).

Vemos, portanto, como se acham amalgamados a noção de língua, e seus equívocos, à noção de Estado e a conseqüente formação de uma unidade imaginária que, sistematizada a partir das políticas lingüísticas, contribuem decisivamente para a constituição de um imaginário de nação, de povo e de língua nacional. Desvela-se, também, a partir dessas reflexões, a importância de se entender a língua nacional pensando, necessariamente, a própria constituição de um saber sobre essa língua (saber metalingüístico) aliado a um saber a língua.

Corroborando com isso, mostram-nos Guimarães e Orlandi (1996, p.14) que,

Ao se colocar como objeto de reflexão a história da língua nacional e a história das idéias lingüísticas, pode-se fornecer subsídios para a compreensão do modo como a sua constituição produz as bases para o reconhecimento de uma unidade imaginária na formação social e para a nação. Não se pode desconhecer que a noção de nação, vigente a partir das revoluções do final do século XVIII, pela qual, enquanto brasileiros, nós transitamos, tem como um ponto crucial de sua identidade (e da nossa, conseqüentemente, enquanto cidadãos) a questão da língua nacional¹.

Como indicamos, o Diretório contribui para que, entre unidade e diversidade, inscreva-se em nossa memória discursiva, uma história de Brasil simbolizada em uma língua, a portuguesa. Considerando isso, e retomando algumas idéias já expostas aqui, bem como o trabalho de vários pesquisadores da área, que idéias de nação e de língua do Brasil vamos ter no Diretório e em suas ressonâncias?²

3. Língua(S) e Nação: sentidos que o Diretório Autoriza

No século XVIII, como dito, a situação lingüística era diversa e conflituosa, mas havia, nas comunicações entre índios e colonizadores (incluindo aí todos os europeus e aqueles que estavam nascendo na Colônia) e destes entre si, um domínio da língua geral, ou de línguas gerais (BORGES, 2001). Essa língua era empregada por praticamente todas as camadas sociais, passando do privado ao público, no qual encontrava alguma resistência da Língua Portuguesa de Portugal, restrita, até então, aos documentos oficiais que, contudo, deveriam ser comunicados à população em língua geral, para que pudessem ser entendidos.

Religião, subjugo de povos, poderes estatais/reais e religiosos e a relação com os saberes, até o século XVIII, achavam-se intrinsecamente relacionados. Devemos recordar, entretanto, que a partir do Renascimento e da Reforma (XIV – XVII), a Europa viveu um tempo de revoluções em que a relação com o saber, ao contrário daquela estabelecida na Idade Média, já não era tão mediada pelo Cristianismo.

Evidentemente, essa transformação revolucionária não se deu de um dia para o outro e encontrou resistências de quem estava no domínio da situação. Provocou respostas autoritárias tanto da Igreja, que perseguiu e levou à fogueira muitos filósofos e outros estudiosos; como do Estado, que promoveu guerras, lançando-se ao mar numa busca desenfreada de conquistas e riquezas, sempre abençoado pela Igreja.

¹ Vale a pena recordar, nessa perspectiva, a relação entre a presença de uma certa ideologia burguesa no século XVIII e a influência dessa ideologia na defesa dos Estados-nação com suas línguas próprias, ditas nacionais.

² Retomamos, aqui, a noção de “ressonância de significação” exposta em Serrani (2001, p.119). Para essa autora, “existe funcionamento parafrástico das unidades lingüísticas quando podemos estabelecer entre elas uma ressonância – interdiscursiva – de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido”.

Não por acaso, no final do século XVII e início do século XIX, vamos encontrar o período Iluminista, também chamado de “Idade da Razão”, afinal, para alguns, em meio a tantos desmandos em nome de Estados e Igreja, só a razão poderia trazer o homem de volta (GAARDER, 1998). Sob o efeito desse período de “luzes” sobre a razão, a ciência e o homem, Pombal, também chamado de “O déspota iluminado”, como dissemos, mudou muitas das diretrizes portuguesas, passando a questionar a relação Estado/Igreja/Saber, até então indissociáveis.

O Diretório de 1757, editado no auge das idéias iluministas, sob a autorização de Pombal, é uma marca desse questionamento entre a relação Estado/Igreja/Saber, propondo-lhe, a nosso ver, uma dissociação.

Saliente-se, entretanto, que, apesar da indissociabilidade até então existente, no Brasil, as línguas portuguesa, geral e indígena tinham funções bem distintas e, simbolicamente, valores também distintos (MARIANI, 1997).

As línguas indígenas serviram ao Colonizador até quando puderam ser estudadas e entendidas para fins de dominação e catequização, pois essa era uma das regras da Companhia de Jesus, “conhecer a língua dos povos a converter” (BORGES, 2001, p.203). Conhecer para dominar, então, era a prática vigente. Surgem daí as línguas gerais que, segundo indica Borges (2001, p.203), têm um uso oficializado e propagado de 1549 a 1759 (ano em que o Diretório já se encontra em pleno vigor).

Como nos mostra Silva (2001, p. 146), no nascedouro da escola brasileira está a “Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil”, do padre José de Anchieta, publicada em 1595. “A ‘Arte’ dá um estatuto de objeto do conhecimento a uma das línguas indígenas e aos seus falantes – a língua geral – e começa a construir uma unidade lingüística: ‘Aberto os olhos do espírito à luz da razão, os Brasis iriam ser o Brasil’”.

Ressalte-se, porém, que esse Brasil era aquele falado em outra língua, pois línguas indígenas e gerais, conforme indicavam as ordens régias e as máximas jesuíticas, serviam até a conversão e dominação, depois apenas a língua do Rei deveria ser ensinada. Esse, aliás, é o argumento principal do parágrafo seis do Diretório, senão vejamos:

§ 6 Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos **Povos conquistados o seu próprio idioma**, por ser indisputável, que este é um dos meios mais eficazes para desterrar dos Povos rústicos a barbaridade de seus antigos costumes; e tem mostrado a experiência, que **ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe**. Observando, pois todas as Nações polidas do Mundo este prudente, e sólido sistema, nesta Conquista se praticou tanto pelo contrário, que só cuidaram os primeiros Conquistadores estabelecer nela o uso da Língua, a que chamaram geral; invenção verdadeiramente abominável, e diabólica, para que privados os Índios de todos aqueles meios, que os podiam civilizar, permanecessem na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam. **Para desterrar este perniciosíssimo abuso, será um dos principais cuidados dos Diretores, estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa, não consentindo por modo algum, que os Meninos, e Meninas, que pertencerem as Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa**, na formas, que Sua Majestade tem recomendado em repetidas Ordens, que até agora se não observaram com total ruína Espiritual, e Temporal do Estado contrário (ALMEIDA, 1997, p. 377-8, grifos nossos).

Destaquemos no discurso acima alguns elementos para esta discussão. Em primeiro lugar, deve-se observar o atravessamento, na enunciação, de um interdiscurso autorizando o dizer que alinha dominação de um povo à imposição da língua do colonizador sobre esse povo, fato já identificado em outros discursos de El Rey.

Em segundo lugar, vê-se que a crítica aos ensinamentos jesuíticos é o foco da argumentação. Apesar de a experiência mostrar que “ao mesmo passo, que se introduz neles [Povos rústicos] o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe” (ALMEIDA, 1997, p. 377), os jesuítas, ao contrário disso, criaram uma outra língua. Uma invenção verdadeiramente “abominável e diabólica”, segundo o Diretório, que só contribuiu para manter os índios “[...] na rústica, e bárbara sujeição, em que até agora se conservavam” (ALMEIDA, 1997, p. 377).

No embate com o poder religioso, o Documento justifica o ensino da Língua Portuguesa como uma forma de constituir súditos para o rei e não para a Igreja, como, até então, os índios se achavam sujeitos.

Dessa forma, muda-se, apenas, a posição de sujeição, mantendo inscrita no interdiscurso a idéia de incapacidade do índio que ressoa até hoje, por exemplo, no Novo Código Civil Brasileiro³.

Negam-se os costumes indígenas que são nomeados, sem questionamentos, como “bárbaros” e “antigos”. Por que bárbaros? Por que antigos? Nada disso parece interessar ao dominador, pois a intenção é bem outra. Como bem nos lembra Calligaris (2000, p.17), o colonizador “[...] é o verdadeiro explorador, no fantástico equívoco que só a Língua Portuguesa – que eu saiba – propõe, onde [sic] explorar uma terra é ser o primeiro a conhecê-la e também arrancar os seus recursos”.

Continuando a discussão do parágrafo seis do Diretório, no trecho: “ao mesmo passo, que se introduz neles [Povos rústicos] o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe” (ALMEIDA, 1997, p. 377, grifos nossos), é interessante observar a assunção no fio do dizer do dito Príncipe quando, até então, o intradiscurso expunha os ditos ElRey e Majestade para se referir ao rei de Portugal. Recordemos, primeiramente, nossas últimas elaborações acerca da disputa entre os poderes Temporal e Religioso e o interesse premente, com base na ideologia burguesa, do Marquês de Pombal, de resgatar o poder real, reduzindo pouco a pouco a influência religiosa na sociedade, assim como o domínio da Igreja sobre a produção do saber.

Relacionemos esses acontecimentos ao, hoje clássico, livro de Maquiavel, “O Príncipe”, tomando essa assunção de Príncipe no intradiscurso do Diretório como a de um pré-construído, no sentido dado a isso por Pêcheux (1997, p. 99), ao citar Henry, como “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado”.

Numa analogia ao “dito espiritual”⁴ freudiano, a assunção de Príncipe, nessa cadeia discursiva, possibilita-nos sua interpretação como um “efeito de pré-construído”. Segundo Pêcheux (1997, p.156, grifos no original), esse efeito “consistiria numa *discrepância* pela qual um elemento irrompe no enunciado como se tivesse sido pensado ‘antes, em outro lugar, independentemente’”. Espirituosamente, a irrupção de Príncipe expõe a filiação do Documento ao pensamento de Maquiavel.

Isso se mostra, a nosso ver, por exemplo, quando o parágrafo seis do Diretório relaciona a dominação de um povo à imposição da língua do Príncipe, fazendo para tanto referência ao pré-construído de que “Sempre foi máxima inalteravelmente praticada em todas as Nações, que conquistaram novos Domínios, introduzir logo nos Povos conquistados o seu próprio idioma”.

Em sua obra, Maquiavel (2003), no capítulo III, intitulado “As monarquias mistas”, reconhece as dificuldades do Príncipe em dominar uma província de língua, leis e costumes diferentes das do Monarca, recomendando, para que este vença essas dificuldades, a manutenção de um canal de comunicação entre aquele que governa e o povo. Isso se fará com mais facilidade e eficácia, assim entendemos, pelo uso de uma mesma língua. O Diretório segue essa linha de raciocínio, defendendo a introdução da língua do Príncipe, posto que “ao mesmo passo, que se introduz neles o uso da Língua do Príncipe, que os conquistou, se lhes radica também o afeto, a veneração, e a obediência ao mesmo Príncipe”.

Nessa seqüência discursiva do Diretório, mais uma vez, encontramos marcas da filiação ao pensamento maquiavélico e sua defesa de que “o príncipe deve fazer-se temer de modo que, mesmo que não ganhe o amor dos súditos, pelo menos evite seu ódio” (MAQUIAVEL, 2003, p.103). Nada mais maquiavélico do que se introduzir nos povos conquistados, pela imposição da língua do Príncipe, a ideologia, cultura e leis desse mesmo príncipe e, por esse caminho, garantir a admiração, o respeito, a obediência e a criação de súditos/vassalos para este, como a ideologia burguesa dominante à época preconizava.

Outro aspecto a destacar nessa filiação que, a nosso ver, o Diretório, em seu parágrafo seis, declara com o pensamento de Maquiavel é em relação à disputa dos poderes temporal e espiritual. Como aponta Moreira (2003, p.18), “[...] no caso de Maquiavel, é preciso ter em mente a sua percepção do novo fenômeno

³ A incapacidade do Índio, no Código Civil Brasileiro de 10 de janeiro de 2002, permanece suposta, afinal é no Capítulo I – da Personalidade e da Capacidade – que se encontram referidos os índios. Isso se confirma ainda mais se observarmos o fato de essa referência aos índios vir no inciso IV, que tem por título “os pródigos”. Vale salientar que nas discussões que resultaram no Código Civil de 2002, muitos envolvidos com a questão indígena defenderam a manutenção da tutela do Estado para garantir a posse da terra para os Índios. Apesar disso, entendemos que a incapacidade está mantida e revela como a memória se atualiza e se refaz sob o mesmo (BRASIL, 2004a e 2004b).

⁴ Freud, em seu *A Interpretação dos Sonhos* (1899), tratava os ditos espirituais como formações do inconsciente, ao lado dos sonhos. Esse dito conjugaria condensação metafórica e deslocamento metonímico, fazendo surgir de familiar e milionário, por exemplo, o dito “familiarão” (DOR, 1989, p.60). Na assunção de Príncipe no discurso do Diretório não temos, evidentemente, uma formação tão espiritual assim, mas a consideramos como tal pela possibilidade de interpretação que esse dito, em relação a todos os outros e a situação discursiva, permite.

das nações-Estado, como a França, cuja unidade e autonomia conquistadas contra a dispersão feudal e o poder espiritual dos Papas se encontravam em plena consolidação”.

Como indicamos, o Diretório e o Marquês de Pombal, seu mentor, estavam bastante influenciados pelas idéias do iluminismo francês e a ideologia burguesa. Por isso, defendemos a assunção espiritual do enunciado “Príncipe” no parágrafo seis como resultado das filiações discursivas do Documento com o pensamento e a ideologia burguesa da época e o que de Maquiavel se relacionava a isso.

Podemos pensar, também, por que o Diretório toma os costumes indígenas como antigos? Essa seria uma forma de apagá-los, afirmando que eles são ultrapassados? Ou os costumes seriam antigos numa referência aos costumes da Antigüidade? Dessa última maneira, “antigos” retomaria, inclusive, a própria história dos costumes portugueses que a civilidade de então preferia “esquecer”.

A solução reparadora de todo o mal causado aos índios pela língua geral é “[...] estabelecer nas suas respectivas Povoações o uso da Língua Portuguesa [...]” (ALMEIDA, 1997, p. 378). Falando-se em mal aplicado aos índios, apenas, censuram-se outras formas de dizer que poderiam relacionar os males que a invenção jesuítica vinha causando aos interesses portugueses. De fato, na enunciação,

[...] não se pode dizer aquilo que (se poderia dizer mas) foi proibido. [...] há sentidos que não nos são proibidos por uma autoridade de palavra mas que, por processos complexos de nossa relação ao dizível e que tocam diretamente ao como se significa a história, nós não chegamos a formular e nem mesmo a reconhecer (ORLANDI, 1995, p. 108-9).

O Diretório procura negar dizeres e, dessa forma, culturas, línguas e sujeitos, mas nega reconhecendo, por exemplo, um domínio da língua geral ao exigir que “Meninos, e Meninas, que pertencerem às Escolas, e todos aqueles Índios, que forem capazes de instrução nesta matéria, usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa [...]” (ALMEIDA, 1997, p. 378).

Se “Meninas e Meninos” são os outros habitantes do Brasil, que não eram índios, e se eles também precisam ser ensinados na Língua Portuguesa era porque esta não era a língua usada. Nem todos os índios, também, serão ensinados, apenas os que forem “capazes”. Já que eles foram capazes de aprender, entre outras coisas, a língua geral, podemos pensar que essa “capacidade”, à qual se refere a Lei de 1757, pode ser relacionada à formulação de “utilidade” para o Estado.

Para o Documento, os índios tinham aprendido a língua geral, mas, com isso, só aprenderam a servir a Deus ou, mais precisamente, aos missionários, faltava-lhes a obediência e servidão ao Rei, e isso só poderia ser alcançado com o domínio da língua de Sua Majestade. Em contraposição à língua geral e “diabólica”, como defendemos anteriormente, a Língua Portuguesa aparece, então, como uma língua valorizada, que precisa de “capacidade” para apreendê-la.

Nessa direção, é-nos possível, agora, complementar o posicionamento adotado em outro momento da tese que deu origem a este artigo (ARAÚJO, 2006), quando analisamos a distinção entre o “cristianizar” e o “civilizar” exposta no Diretório, tomando-a como contraditória e resultado de tensões entre as memórias jurídica e religiosa.

De acordo com Orlandi (1987, p. 15, grifos no original), “na ordem do discurso religioso, o sujeito se marca pela *submissão*, isto propicia múltiplas formas de manipulação. Mesmo porque podemos ver a religião como forma de controlar a agressividade desconhecida. E, nesse caso, converter é “pacificar””.

Evidentemente, considerando todo o contexto histórico em que se relacionavam, na Europa e no mundo em expansão, Igreja e Poder Real, com um encobrindo e patrocinando os desmandos do outro, romper com esse laço de interesses teria que provocar tensões. Além disso, acreditamos que essas tensões, as quais Mariani (1997) analisa como acontecendo entre as memórias jurídica e religiosa, são efeito, também, de uma tentativa de deslocamento do discurso real dentro da formação discursiva religiosa.

Não se pode abandonar, de imediato, a “submissão” e a “pacificação”, indicadas por Orlandi (1987), que o discurso religioso propicia. Nessa perspectiva, o pensamento pombalino, que domina a política portuguesa no século XVIII, era terminantemente contra uma ordem religiosa: os jesuítas, a quem perseguiu e expulsou de Portugal e de seus domínios, influenciando, com isso, em seguida, Espanha e França a adotarem a mesma medida.

Pombal intentava substituir as riquezas, muito concentradas, até então, nas mãos dos religiosos jesuítas, para as mãos da burguesia portuguesa, uma nova espécie de grandes comerciantes que ele desejava ver surgir. Isso tudo mantido sob o controle real que, dessa forma, expandiria seus domínios e riquezas, os quais seriam revertidos, também, para a Igreja católica, com a qual manteria seu pacto. Objetivava-se, assim, fazer surgir um Portugal mais competitivo com os outros países da Europa, com os poderes real e burgueses fortes e uma Igreja que abençoa esse “novo tempo” (MAXWELL, 1996).

As propostas educacionais pombalinas, algumas das quais, como dito, testadas no Brasil por meio do Diretório, são representativas desse interesse, ao visarem a: “trazer a educação para o controle do Estado, secularizar a educação e padronizar o currículo” (MAXWELL, 1996, p.104). Uma exemplificação para essas nossas articulações está na máxima do “Verdadeiro método de estudar”, de Vernei – consultor do governo português e inimigo dos jesuítas, depois que eles foram expulsos do país e de seu sistema educacional – de que seu método era “destinado a ser útil para a República e a Igreja na proporção do estilo e da necessidade de Portugal” (VERNEI, apud MAXWELL, 1996, p.104).

Considerando isso, é que indicamos o deslocamento desse discurso real, do Estado português, dentro da formação discursiva religiosa que não é abandonada. Não se rompe com a Igreja, rompe-se com uma de suas ordens, que, em nome dos interesses, tanto reais como religiosos, é negada por ambos. O pacto se refaz na expulsão da “falha”. Recordamos Pêcheux (1997, p.300) e sua referência a Lacan, afirmando “só há causa daquilo que falha”. Numa analogia a isso, entendemos que a negação dessa falha [os jesuítas] causa efeitos, afinal “os traços inconscientes do significante não são jamais ‘apagados’ ou ‘esquecidos’, mas trabalham, sem se deslocar, na pulsação sentido/*nonsens* do sujeito dividido” (PÊCHEUX, 1997, p.300).

Essa pulsação pode ser vislumbrada nas tensas relações lingüísticas eclodidas no século XVIII, as quais indicavam que

[...] para servir a Deus, deve-se doutrinar, e isto pode ser feito em qualquer língua, mas para servir ao Rei, é necessário ensinar a língua materna do rei, pois é através dela que, além de se acessar a religião, atinge-se, sobretudo, a injunção a ser vassalo. E, lembremos que a língua do rei é também a língua da sua nação. E se o Brasil é colônia de Portugal, é a língua do Rei que deve ser usada. Neste sentido, a submissão a Deus se realiza de modo diferente da submissão ao rei (MARIANI, 1997).

Diferente, mas mantida, a submissão será a máxima do Diretório que reconhece a diversidade dos povos que habitavam o Brasil, trazendo, também, para este nosso trabalho a possibilidade de discutirmos a idéia de nação.

Ao impor que “todos aqueles Índios” não “[...] usem da Língua própria das suas Nações, ou da chamada geral; mas unicamente da Portuguesa [...]”, o Documento de 1757 faz circular pelo menos dois sentidos para o dito “nação”: (1) como um sinônimo de Estado, um Estado que estava se consolidando sob efeito das idéias iluministas, e (2) como um sinônimo de Povos indígenas/tribos indígenas. Pensamos que essa duplicidade de sentidos seja um efeito da ebulição iluminista que movia toda a Europa, ressoando no Brasil.

Nessa direção, vemos um reflexo no Diretório, por exemplo, do pensamento de Montesquieu (1689-1755), filósofo iluminista francês que publicou, em 1748, o seu mais célebre livro: “O espírito das leis”. Nessa obra, no tomo XIX, Montesquieu irá discorrer sobre “o espírito geral de uma nação”, tratando-a não como uma causa particular, nem em relação ao aspecto político das instituições, mas como o que constitui, talvez, o “princípio de unificação do todo social” (ARON, 2004).

Montesquieu, em suas assertivas, mostrava-se de acordo com “a idéia da existência de leis universais comuns a toda a humanidade, defendidas pelos racionalistas”, mas sua argumentação vai mais além, já que defende um encadeamento entre essas leis, “o que faz com que uma determinada forma de governo implique uma legislação específica; assim como a variedade geográfica, a moral, o comércio, a religião acabam por modificar as leis” (ARON, 2004).

Como se vê, contemporaneamente ao Diretório, as discussões em torno da idéia de nação, Estado e leis que organizariam esse Estado eram a centelha da fogueira do saber iluminista, ao contrário daquela realmente existente nos séculos anteriores. Ressalte-se que esse saber era contrário ao absolutismo real, mas a sociedade, mesmo ainda muito dominada pelos poderes reais, não ficará imune à influência das “luzes”.

Do século XVIII para os dias atuais, muito se tem discutido sobre essas noções, em especial sobre a relação de nação com os conceitos de Estado e de globalização⁵ que, no século XX, far-nos-á questionar, inclusive, as noções de fronteiras territoriais, de global e de local. Não nos cabe, aqui, penetrar nessa seara de discussões, mas apenas situar teoricamente o conceito de Nação que, como qualquer conceito, é algo bastante mutável e dependente das relações históricas e sociais constitutivas das sociedades.

⁵ A globalização é um processo que, expandido no mundo, principalmente a partir da segunda metade do séc. XX, conduz à crescente integração das economias e das sociedades dos vários países, em especial no que se refere à produção de mercadorias e serviços e à difusão de informações. Uma discussão especializada do assunto pode ser encontrada em Ianni (2003; 1992).

O objetivo é interpretar, no sentido dado ao termo por Orlandi (1996) e Pêcheux (2002 e 1997b), as idéias de nação que marcam o Diretório, relacionando-as à constituição de nossa memória discursiva de Brasil e à conseqüente discussão sobre língua nacional.

Aliado ao conceito exposto no “Espírito das leis”, podemos tomar alguns conceitos mais modernos como base, e pensar as nações como “coletividades com um senso de passado comum ao qual a grande maioria das pessoas é associada ao nascer” (ALBROW, 1999, p. 20). Além dessa forma de entender a nação, Oliveira (2003, p. 175), no campo da Sociologia, irá tratá-la relacionando-a à concepção de Estado. Para ele, “a nação é um conjunto de pessoas ligadas entre si por vínculos permanentes de idioma, religião, valores; é anterior ao Estado, podendo existir sem ele”.

Retornando ao Diretório e aos sentidos de nação, listados anteriormente, os quais surgem no enunciado “usem da língua própria das suas nações”, observamos que o sentido (1) (relacionado ao Estado), retoma o ideal iluminista de “Nação” construído no século XVIII, como o de um Estado organizado por leis e pela civilidade. Essa “Nação” (1) é, portanto, a que conquista e domina, civilizando bárbaros que, por outro lado, vivem em suas “Nações” (sentido 2, relacionado às tribos indígenas), imersos na rusticidade e em “antigos costumes”, que devem ser eliminados pelo uso da “língua de civilização” (GUIMARÃES, 2000).

Além disso, salta aos olhos, no Diretório, a relação – à época ainda não explorada cientificamente – entre língua e nação. Analisando o enunciado que incide sobre a proibição de que os índios “usem da Língua própria das suas Nações”, podemos entender língua como algo que caracteriza uma nação, aquela que tem “Língua própria”. O pensamento de Montesquieu de nação como “um princípio unificador” e as idéias, mais modernas, de nação como coletividade aparecem aí, também. Afinal, o que é próprio às diferentes “Nações” indígenas, dando-lhes, no entanto, uma unidade, mesmo que imaginária? A Língua, ou melhor, as línguas, que o Diretório e o Ideal iluminista querem substituir pela “língua de civilização”, no caso, a portuguesa.

Ao fazer isso, ele inscreve em nossa memória, apagando toda a diversidade lingüística existente no Brasil, um imaginário que sempre insiste em se inscrever, de uma língua una que garantiria a unidade nacional, uma língua nacional. O Diretório atuaria, então, de acordo com o que aponta Orlandi (2002, p.22), como um “processo de significação que produz sentidos para a língua nacional”.

Nessa perspectiva, na mesma linha de pensamento aqui esboçada, a autora reafirma a importância desse tipo de processo na “construção imaginária da unidade e homogeneidade como pré-requisitos básicos para se ter uma identidade em um país específico, com suas formas específicas de governo e com uma língua (nacional)” (ORLANDI, 2002, p. 22).

Entendemos, assim, que a Lei de 1757 antecipa a relação que se dará, tendo a “língua enquanto signo da nacionalidade” (GUIMARÃES e ORLANDI, 2001, p.24) nas discussões erigidas no século seguinte, o XIX, em torno da língua nacional. Lembremos, nesse sentido, o que Guimarães (2000, p.176) nos mostra acerca da análise de Parecer, estabelecido pela Constituição de 1946, que trata da nomeação do idioma nacional. Esse Parecer irá utilizar como argumento, em favor de que o idioma nacional do Brasil é a Língua Portuguesa, a afirmação de que “a Língua Portuguesa se impôs no Brasil por ser instrumento de civilização superior às línguas indígenas”.

Reitera-se, dessa forma, na memória discursiva do Brasil, o sentido de que só temos uma língua: “enquanto povo civilizado, o povo brasileiro só fala uma língua” (GUIMARÃES, 2000, p.176). Esse sentido, como vimos mostrando, é veiculado pelo Diretório que faz circular também outros sentidos, e estes, estabelecidos na memória, possibilitarão a formação de enunciados como os que a história de nossas idéias lingüísticas irá expor/constituir. Pensamos, especialmente, nos sentidos que circulam no uso de língua, idioma e nação que, ditos no século XVIII, fazem-nos, aqui, refletir sobre a constituição do povo brasileiro na Língua Portuguesa, língua de outra nação, “língua dos filhos de uma mãe outra”, como diz Gallo (1996, p.104).

Evidentemente, uma tal reflexão não é algo simples. Como bem nos ensina Orlandi (1998, p.8), “[...] a relação língua e nação não é direta, nem automática, nem evidente [...]”. Para asseverar isso, a autora cita alguns elementos que retratam essa complexidade, tais como o desaparecimento de línguas indígenas, a existência de resíduos da língua geral, vestígios de dialetos africanos e das línguas dos imigrantes que, até hoje, aparecem na língua do Brasil, e a relação entre o português de Portugal e o português do Brasil.

Segundo a pesquisadora,

Toda essa complexidade resulta da relação de uma língua imposta pelo colonizador e a história que vai expondo o brasileiro a diferentes ordens simbólicas sem no entanto deixar de representar a necessidade de unidade, seja ela qual for.

Não há língua nacional, aliás, que não se constitua nesse movimento de confrontos, alianças, oposições, ambigüidades, tensões com outras línguas (ORLANDI, 1998, p.8-9).

Ao analisarmos o parágrafo seis do Diretório, notamos que esse movimento de tensões e confrontos, constitutivo de toda língua nacional, mostra-se, por exemplo, no uso de vários enunciados: (a) “idioma”, (b) “Língua do Príncipe”, (c) “Língua, a que chamaram geral”, (d) “Língua Portuguesa”, (e) “Língua própria das suas Nações”. Observando (a) encontramos “idioma”, assim, com “i” minúsculo, que pode ser posto em relação com todas as “Líguas” citadas no Documento com “L”, maiúsculo.

Tomemos a língua, seguindo o pensamento de Pêcheux (1997b, p.63), “como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a *discursividade* como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história” [...] (ênfase em itálico no original). A língua é não-toda, marcada pela falta, pela divisão, pelo impossível de representar; mas a lingüística a tem como objeto, supondo que “o real da língua é representável, que ele guarda em si o repetível, e que esse repetível forma uma rede que autoriza a construção de regras” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.53).

O discurso, que não se confunde com a fala ou a língua, é definido, para a Análise do Discurso, como “efeito de sentidos” entre locutores (PÊCHEUX, 1993, p.82). Nessa perspectiva, “o equívoco aparece exatamente como o ponto em que o impossível (lingüístico) vem aliar-se à contradição (histórica)” (GADET e PÊCHEUX, 2004, p.64).

Todo enunciado se oferece, constantemente, a lugares diferentes de interpretação (PÊCHEUX, 2002), a um trabalho constante com o simbólico, por isso se dizer que não há discurso sem sujeito. As relações entre língua, discursividade, homem, mundo e simbólico não são simples, diretas ou transparentes. Um exemplo disso pode ser a relação entre uma língua e seus enunciados que, conforme Dias (1996, p.71), é marcada por uma “discrepância”: “o espaço da língua e o espaço dos seus enunciados não são contemporâneos. Se, enquanto falantes, sentimo-nos contemporâneos em relação a esses espaços, é porque somos afetados pelo efeito da ‘idiomaticidade’”.

Esse efeito seria o que permite ao sujeito empírico reconhecer a si e ao outro como falantes de uma língua (DIAS, 1996). O idioma faria uma “*umtegração*”⁶, no sentido de “*um* nacional”⁷ que daria uma aparência de unidade à língua, permitindo que sujeitos se nomeiem falantes de uma língua, apesar de todos os equívocos desta.

Ao impor a “língua do Príncipe” como língua a ser falada e ensinada no Brasil Colônia, o Diretório, acreditamos, busca essa “umtegração”, atuando como uma espécie de censura “[...] uma vez que legitima, no Brasil, o português como língua oficial a ser escrita, ensinada” (MARIANI, 2001, p.101).

A partir do surgimento de estudos que alertavam para a diferença, para a “não-umtegração” entre as línguas faladas no Brasil e em Portugal, a relação língua/nacionalidade passa a ser questionada. É nesse período que se dá a “gramatização” da Língua Portuguesa no Brasil, como aponta Guimarães (1996, p. 127), é “a partir do século XIX, notadamente a partir da segunda metade do século que os estudos de Língua Portuguesa no Brasil fazem com que as idéias lingüísticas se organizem de um modo específico no interior do movimento de idéias do Brasil de então”.

Entrelaçadas língua, ciência e política em meio às contradições da “gramatização” brasileira põem em xeque o que seria a noção de língua nacional, considerando-se que

[...] a língua que identifica o brasileiro é uma língua que tem particularidades estruturais, mas é a língua que imaginariamente o brasileiro não sabe, porque ela é, também, a língua que os portugueses sabem (mesmo que a língua que eles – os portugueses – falam e escrevem não seja exatamente a mesma que no Brasil se fala e escreve) (GUIMARÃES e ORLANDI, 1996, p.13).

⁶ O termo “Umtegração” é empregado por Calligaris (2000, p.21) em seu ensaio Hello Brasil! Analisando o enunciado: “Este país não presta”, tantas vezes repetido por brasileiros, o autor dirá que o “não presta”, psicanaliticamente falando, “sanciona o fracasso da *umtegração*: o país não soube ser pai, o *um* nacional não conseguiu assujeitar o colono”. Para entendermos esse neologismo de Calligaris é preciso não esquecer que o Um pode ser tomado, seguindo a identidade da lógica clássica, como estatuto de pura unicidade; ou como estrutura da pura diferença, o Um do traço unário, o qual demarca Um entre Outros.

⁷ O fracasso da “umtegração” é previsto se retomarmos a afirmação lacaniana de que “É enquanto pura diferença que a unidade, em sua função significante, se estrutura, se constitui [...] *Um como tal é o Outro*” (LACAN, 2003, p. 48-9, ênfase em itálico no original). Discutimos essa relação entre o Um e o Outro em nossa tese (ARAÚJO, 2006).

4. Conclusão

No século XIX, com a constituição do Estado brasileiro, leis, instituições, escolas, gramatização da língua etc., o que se observa é a formação de uma escrita/escritura⁸ que é marca da diferença entre o que aqui se falava e escrevia e o que, nesse sentido, se produzia em Portugal; afinal, “temos uma língua nacional que não se confunde com a língua de Portugal. Falamos o português, mas falamos diferente” (ORLANDI, 2002, p. 231). Era preciso demarcar essa diferença e a escrita/escritura que se constituiu a partir daí procurou fazê-lo, explicitando uma resistência que jamais deixou de existir.

Assim é que entendemos as afirmações de Mariani (1997) de que o Diretório se impõe, pela intervenção sobre o uso da língua geral, apagando outras línguas e institucionalizando o ensino da Língua Portuguesa. Entretanto, ele é incapaz de apagar as marcas do processo de historicização da Língua Portuguesa no Brasil, principalmente, no que se refere “aos resíduos de oralidade decorrentes das misturas entre as línguas. De qualquer forma, as raízes de um português-brasileiro – dessa língua fluida⁹ que não cabe nos modelos – continuaram resistindo e produzindo efeitos no dizível possível”.

Referências

- ALBROW, Martin. (1999). Nacionalidade e identidade na era global. In: BARROSO, João Rodrigues (coord.) *Globalização e identidade nacional*. São Paulo: Atlas.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de (1997). *O diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.
- ARAÚJO, Anne Francialy da Costa. (2006). *De Sujeito(s) ao Diretório: uma contribuição discursiva ao estudo da língua e identidade nacional*. 2006. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística). Universidade Federal de Alagoas - UFAL, Maceió.
- ARON, Raymond. (2004). Raymond Aron e a filosofia política de Montesquieu. *O portal da História*. Lisboa. Disponível em: < http://www.arqnet.pt/portal/universal/teoria/aron_montesquieu.html >. Acesso em: 2 jun. 2004.
- BORGES, Luiz C. (2001). A instituição de línguas gerais no Brasil. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas-SP: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora.
- BRASIL. (2004a.). Código Civil Brasileiro. Rio de Janeiro, 1º de janeiro de 1916. *Edutec*. Disponível em: < <http://www.edutec.net/Leis/Gerais/ccb.htm> >. Acesso em: 18 maio 2004.
- BRASIL. (2004b.). Novo Código Civil Brasileiro. Brasília, 10 de janeiro de 2002. *Edutec*. Disponível em: < <http://www.edutec.net/Leis/Gerais/ccb.htm> >. Acesso em: 18 maio 2004.
- CALLIGARIS, Contardo. (2000). *Hello Brasil*. Notas de um psicanalista europeu viajando ao Brasil. 6. ed. São Paulo: Escuta.
- COLEÇÃO de Leis. 1750-1760.(2002) *Projeto Memória de Leitura*. Campinas. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Acervo/index.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2002.
- DIAS, Luiz Francisco. (1996). *Os sentidos do idioma nacional*. As bases enunciativas do nacionalismo lingüístico no Brasil. Campinas-SP: Pontes.
- DOR, Joel. (1989). *Introdução à leitura de Lacan*. Vol. 1. O inconsciente estruturado como linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas.
- GAARDER, Jostein. (1998). *O mundo de Sofia*. São Paulo: Companhia das Letras. 1 CD-ROM.
- GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. (2004). *A língua inatingível*. O discurso na história da lingüística. Campinas: Pontes.
- GALLO, Solange Leda. (1996). O ensino da língua “materna” no Brasil do Século XIX: a mãe outra. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas-SP: Pontes.

⁸ Retomamos aqui a distinção que faz Orlandi (2002, p. 231). Para essa Autora “a escritura está ligada a processos em que a literatura se faz presente”. No século XIX, com a gramatização da língua portuguesa, legitimamos uma nossa escrita e, paralelamente, um processo literário e uma escritura.

⁹ O conceito de língua fluida a que se refere Mariani (1997) é aquele elaborado por Orlandi e Souza (1988 apud ORLANDI, 2002, p.22) em relação ao conceito de língua imaginária. A primeira, a fluida, seria a língua “que não se deixa imobilizar nas redes de sistemas e fórmulas”. A segunda, a imaginária, é a língua “que os analistas fixam com suas sistematizações”.

- GUIMARÃES, Eduardo. (2000). Língua de civilização e língua de cultura. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de (org.). *Os discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ FAPESP.
- _____. (1996). Sinopse dos estudos do português no Brasil: a gramatização brasileira. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas-SP: Pontes.
- GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli. (1996). Apresentação - Identidade lingüística. In: GUIMARÃES, Eduardo; ORLANDI, Eni Puccinelli (orgs.). *Língua e Cidadania: o português no Brasil*. Campinas-SP: Pontes.
- _____. (2001). Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas-SP: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora.
- IANNI, Octávio. (2003). *Teorias da Globalização*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- _____. (1992). *A Sociedade Global*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- LACAN, Jacques. (2003). *A identificação*. Seminário 1961 - 1962. Tradução de Ivan Corrêa e Marcos Bagno. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife.
- MAQUIAVEL, Niccolò. (2003). *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret.
- MARIANI, Bethania. (2004). *Colonização lingüística*. Línguas, política e religião no Brasil (séculos XVI a XVIII) e nos Estados Unidos da América (século XVIII). Campinas-SP: Pontes.
- _____. (2001). A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVIII: o papel das Academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas-SP: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora.
- _____. (1997). Tensões jurídico-religiosas do século XVIII e o imaginário de língua. In: *Boletim da Abralin*, edição 21, jun. 1997. Disponível em: < http://www.abralin.org.br/boletim/boletim21_tema04.html>. Acesso em: 22 maio 2004.
- MAXWELL, Kenneth. (1996). *Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MOREIRA, Marcílio Marques. (2003). O pensamento político de Maquiavel. In: MAQUIAVEL, Niccolò. *O Príncipe*. São Paulo: Martin Claret.
- OLIVEIRA, Pêrsio Santos. (2003). *Introdução à sociologia*. 24 ed. São Paulo: Ática, 2003.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. (2002). *Língua e conhecimento lingüístico: para uma História das idéias no Brasil*. São Paulo: Cortez.
- _____. (1998). Ética e política lingüística. In: *Línguas e instrumentos lingüísticos*. Campinas: Pontes, n. 1, jan./jun.
- _____. (1996). *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.
- _____. (1995). *As formas do silêncio*. No movimento dos sentidos. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. (1987). Os falsos da forma. In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Palavra, fé, poder*. Campinas: Pontes.
- PÊCHEUX, Michel. (2002). *O Discurso – Estrutura ou acontecimento*. 3.ed. Campinas: Pontes.
- _____. (1997). *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- _____. (1993). Análise Automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2.ed. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SERRANI, Silvana M. (2001). Ressonâncias fundadoras e imaginário de língua. In: ORLANDI, Eni Puccinelli. (org). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. 2.ed. Campinas: Pontes, 2001.
- SILVA, Mariza Vieira da. (2001) Alfabetização, escrita e colonização. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional*. Campinas-SP: Pontes; Cáceres-MT: Unemat Editora.